



Prefeitura do Município de Angatuba

Estado de São Paulo

LEI Nº 886/2025

DE 10.12.2025

“Institui o Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil (PMGIRCC) no Município de Angatuba, dispõe sobre o Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil e dá outras providências.”

NICOLAS BASILE ROCHEL, Prefeito do Município de Angatuba, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

FAZ SABER, que a Câmara do Município de Angatuba aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído o Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil (PMGIRCC) do Município de Angatuba, em conformidade com a Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), e a Resolução CONAMA nº 307, de 5 de julho de 2002, e suas alterações.

Art. 2º. O PMGIRCC visa estabelecer um sistema de gestão sustentável para os resíduos da construção civil (RCC), por meio de diretrizes, procedimentos e responsabilidades que garantam o manejo e a destinação ambientalmente adequados.

Art. 3º. São objetivos do PMGIRCC:

- I - Prevenir e reduzir a geração de resíduos nas obras e empreendimentos;
- II - Disciplinar o manejo dos RCC, estabelecendo responsabilidades para geradores e transportadores;
- III - Erradicar a disposição de resíduos em áreas não licenciadas;
- IV - Fomentar a reutilização e a reciclagem dos RCC, promovendo a economia circular;
- V - Assegurar a destinação final ambientalmente adequada dos rejeitos;
- VI - Promover a educação ambiental e a conscientização dos agentes envolvidos;
- VII - Fortalecer a fiscalização e o controle sobre a cadeia de manejo dos RCC.

Art. 4º. Para os efeitos desta Lei, aplicam-se as definições estabelecidas na Resolução CONAMA nº 307/2002, em especial:



Prefeitura do Município de Angatuba

Estado de São Paulo

I - Resíduos da Construção Civil (RCC): os provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e escavação de terrenos.

II - Geradores: Pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, responsáveis por atividades ou empreendimentos que gerem os resíduos definidos no inciso I.

III - Transportadores: Pessoas físicas ou jurídicas encarregadas do transporte dos resíduos entre a fonte geradora e as áreas de destinação.

IV - Agregado Reciclado: Material granular proveniente do beneficiamento de resíduos da construção civil de natureza mineral (Classe A).

Art. 5º. Os geradores de RCC são responsáveis pelo gerenciamento dos resíduos por eles gerados, devendo:

I - Elaborar e implementar o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC) para os empreendimentos e atividades definidos como grandes geradores, conforme regulamentação do Poder Executivo.

II - Realizar a segregação dos resíduos na origem, de acordo com sua classificação (Classes A, B, C e D).

III - Acondicionar corretamente os resíduos para as etapas de coleta e transporte.

IV - Contratar transportadores devidamente cadastrados no Município.

V - Custear o manejo e a destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados.

Art. 6º. Os transportadores de RCC são responsáveis pela coleta e transporte dos resíduos, devendo:

I - Realizar o cadastro junto ao órgão ambiental municipal competente.

II - Utilizar veículos adequados e identificados para a atividade.

III - Emitir e portar o Controle de Transporte de Resíduos (CTR) para cada carga transportada.

IV - Descarregar os resíduos exclusivamente em áreas licenciadas e autorizadas pelo Poder Público.

Art. 7º. Fica o Poder Executivo autorizado a implantar e manter, diretamente ou por meio de parcerias, a seguinte estrutura operacional:

I - Pontos de Entrega Voluntária (PEVs): Locais públicos e licenciados, destinados ao recebimento gratuito de pequenos volumes de RCC e outros resíduos volumosos, gerados por municípios.

II - Área de Transbordo e Triagem (ATT): Unidade destinada ao recebimento, triagem, processamento, beneficiamento e armazenamento temporário dos RCC, priorizando a transformação dos resíduos Classe A em agregados reciclados.



Prefeitura do Município de Angatuba

Estado de São Paulo

III - Aterro de Resíduos da Construção Civil: Área licenciada para a disposição final, exclusivamente, dos rejeitos não passíveis de reutilização ou reciclagem.

Art. 8º. O Poder Público Municipal deverá fomentar o uso de agregados reciclados em suas obras de infraestrutura e edificações, estabelecendo critérios de preferência e, quando possível, de obrigatoriedade em seus editais de licitação.

Art. 9º. A fiscalização do cumprimento desta Lei será exercida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura e demais órgãos competentes.

Art. 10. O descumprimento das disposições desta Lei e de seu regulamento sujeitará os infratores, sejam geradores, transportadores ou proprietários de imóveis, às seguintes penalidades, aplicadas de forma isolada ou cumulativa:

I - Advertência por escrito;

II - Multa;

III - Apreensão de veículos e equipamentos;

IV - Suspensão ou cassação do cadastro de transportador;

V - Suspensão ou cassação do alvará de funcionamento ou de execução da obra.

Parágrafo único. O valor das multas e os procedimentos para aplicação das sanções serão definidos em regulamento.

Art. 11. O Poder Executivo promoverá ações contínuas de educação ambiental para informar e conscientizar a população, os geradores e os transportadores sobre as diretrizes e obrigações estabelecidas nesta Lei.

Art. 12. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no que couber, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Angatuba, 10 de dezembro de 2025.

NICOLAS BASILE ROCHEL

Prefeito Municipal